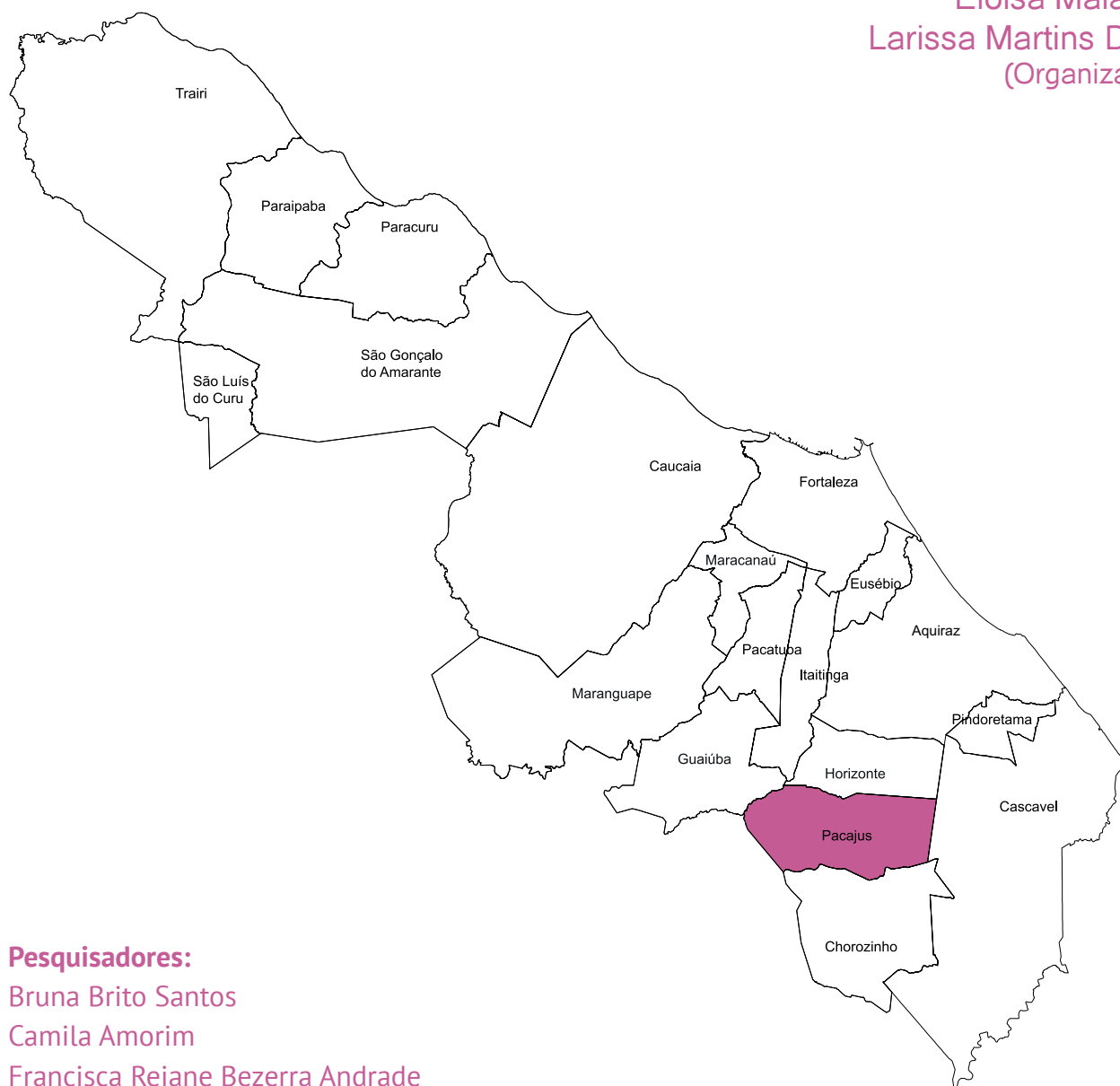


Política educacional no Ceará: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola

Sofia Lerche Vieira
Eloisa Maia Vidal
Larissa Martins Dantas
(Organizadoras)



Pesquisadores:

Bruna Brito Santos

Camila Amorim

Francisca Rejane Bezerra Andrade

1. Perfil socioeconômico do município

O município de Pacajus, localizado na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) é distante 51,1 km da capital cearense, apresenta uma área territorial de 250,305 km², ocupando a posição 149 entre os 184 municípios do Ceará. Segundo o Censo Demográfico de 2022, Pacajus possui uma população de 70.983 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 283,59 hab/km² (IBGE, 2022). No campo socioeconômico, os dados do IBGE (2022) apontam que, em 2021, o salário médio mensal dos trabalhadores residentes era de 1,6 salários-mínimos, ao passo que apenas 12,15% da população encontrava-se ocupada formalmente.

Esses indicadores evidenciam a fragilidade do mercado de trabalho local e a limitação das oportunidades econômicas, elementos que se refletem na importância de programas sociais. Tal cenário é ainda mais expressivo quando observamos que 42,9% da população vivia, em 2021, com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, recorte que, associado às desigualdades estruturais brasileiras, tende a penalizar mais intensamente mulheres, pessoas negras e grupos historicamente vulnerabilizados.

Bourdieu e Passeron (1982) ressaltam, em suas reflexões, que as condições de baixa renda limitam significativamente o acesso aos bens culturais, educacionais e às oportunidades sociais. Nesse sentido, a renda familiar reduzida compromete a capacidade de investimento em educação, fazendo da desigualdade um elemento persistente em contextos socioeconômicos fragilizados. Para Frigotto (2018), as condições econômicas estruturais também contribuem para a precarização do mercado de trabalho, especialmente quando os trabalhadores não dispõem de vínculos formais de emprego, o que reforça a desigualdade estrutural. O autor enfatiza que essa fragilidade laboral está associada a processos sociais e produtivos mais amplos, não se restringindo a realidades locais específicas, como a do município de Pacajus, por exemplo.

O Produto Interno Bruto (PIB) do município de Pacajus era de R\$ 1,36 bilhão em 2021 (IBGE, 2022), valor que, embora indique alguma dinâmica econômica, ainda revela um desempenho modesto quando comparado a municípios com maior diversificação produtiva. Essa realidade se evidencia, de forma contundente, nos dados do Programa Bolsa Família (PBF). Em novembro de 2025, Pacajus registrou 7.472 famílias beneficiárias, totalizando 19.967 pessoas atendidas, o que representa um contingente significativo quando comparado ao total populacional do município. O investimento destinado às famílias alcançou R\$ 4.981.212,00, com benefício médio de R\$ 667,54. Tais números demonstram que uma parcela expressiva da população depende do PBF para complementar sua renda, reforçando a presença de desigualdades socioeconômicas que impactam diretamente as condições de vida e o acesso à educação.

Na perspectiva de Bourdieu (1993), as políticas e instituições estatais atuam em contextos de pobreza de forma paliativa, como o apoio aos programas sociais que pode ser lido como um dispositivo compensatório, mas com baixa possibilidade de eliminar as desigualdades estruturais do território. Toda essa conjuntura demonstra a vulnerabilidade do município de Pacajus, que se reflete nos serviços mais necessários para a sociedade, como os da educação, pois compreende-se que as políticas educacionais devem ser analisadas junto às questões econômicas e sociais, assim como recomenda Frigotto (2018).

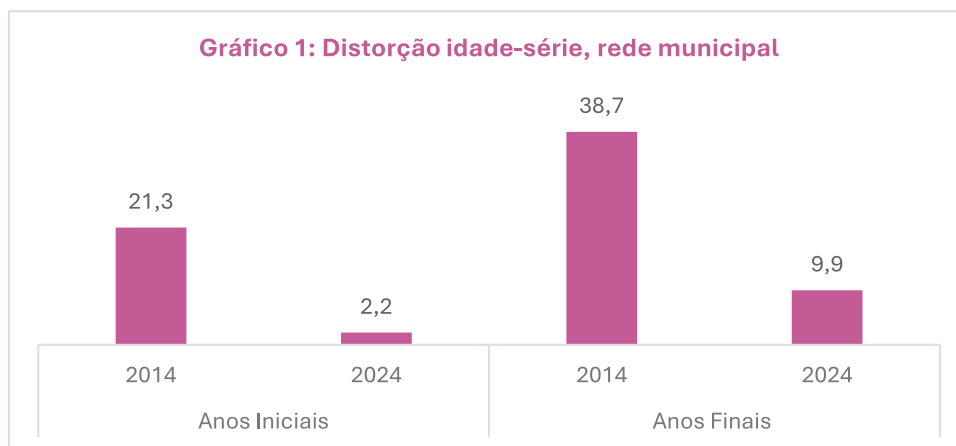
2. Características educacionais do município

O município de Pacajus apresenta, no conjunto de suas políticas educacionais, indicadores relevantes para a análise da oferta da educação básica no período de vigência do Plano Nacional

de Educação (2014 - 2024). A taxa de escolarização de 98,78% entre crianças de 6 a 14 anos (IBGE, 2022) revela um patamar de acesso, situando o município próximo da universalização do ensino fundamental, conforme previsto na Meta 2 do PNE.

Em 2024, a rede pública municipal registrou 10.141 matrículas, distribuídas em 37 escolas, sendo 23 urbanas e 14 rurais, e contou com 346 professores, sendo 232 concursados e 114 temporários (INEP, 2024). A rede municipal é responsável por parcela expressiva da oferta educacional, sobretudo na educação infantil e no ensino fundamental, desempenhando papel estruturante no atendimento à população local.

A distorção idade-série apresentou comportamento positivo no longo do período 2014 - 2024, como é possível observar no Gráfico 1.



Fonte: INEP, 2014 e 2024

No período considerado, se registra uma redução de 89,7% na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do ensino fundamental e de 74,4% nos anos finais, indicando avanços no fluxo escolar, sugerindo impactos de políticas de acompanhamento pedagógico e ações de correção de fluxo, elementos que dialogam diretamente com metas de qualidade e equidade previstas no PNE.

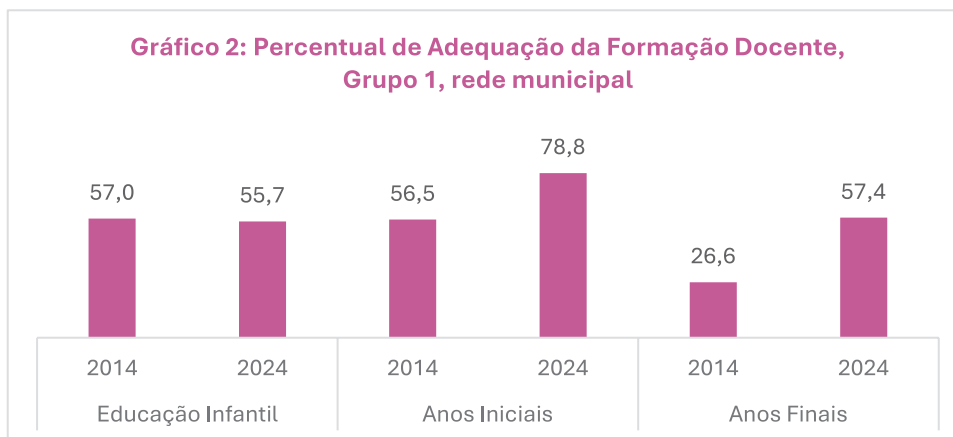
Na concepção de Soares (2007), a correção de fluxo e à garantia da progressão adequada escolar são importantes políticas educacionais voltadas para a redução da distorção idade-série. No contexto dos municípios cearenses, como Pacajus, os estudos de Vieira (2007) e Vidal e Vieira (2013) apontam que a consolidação de políticas educacionais articuladas à gestão escolar e ao acompanhamento sistemático dos indicadores contribui para melhorias no fluxo escolar e na redução da distorção idade-série.

Em relação à exclusão escolar, os dados de 2020 revelam que 7% das crianças estavam fora da escola. Especificamente, entre nascidos em 2003 e 2004, os percentuais eram de 2% e 4%, respectivamente. Considerando o total de 3.325 crianças nascidas em 2003, 2004 e 2005, registaram-se 133 crianças fora da escola. Esses números reforçam a necessidade de políticas permanentes de busca ativa, sobretudo para adolescentes, faixa etária historicamente mais vulnerável ao abandono escolar.

A análise da infraestrutura educacional, conforme dados do INEP (2024), evidencia avanços e desafios. Do total das escolas, 55% possuem estruturas de acessibilidade, 19% dispõem de bibliotecas, 52% contam com quadras esportivas e apenas 10% possuem laboratórios de informática. Em relação às condições básicas, 100% das escolas têm coleta de lixo periódica, alimentação escolar e energia elétrica, enquanto 95% possuem banda larga. Ainda, apenas 2% contam com ligação à rede pública de esgoto, aspecto que impacta diretamente a saúde e a qualidade do ambiente escolar. Tais

indicadores remetem à necessidade de investimentos continuados na infraestrutura, questão fundamental para o cumprimento das metas 1, 6 e 7 do PNE.

No que diz respeito ao corpo docente, a série histórica demonstra avanços na formação. Em 2015, 56,1% dos professores possuíam ensino superior, enquanto 43,9% ainda tinham apenas o ensino médio. Essa evolução se reflete no Indicador de Adequação da Formação Docente (AFD), como é possível observar no Gráfico 2.

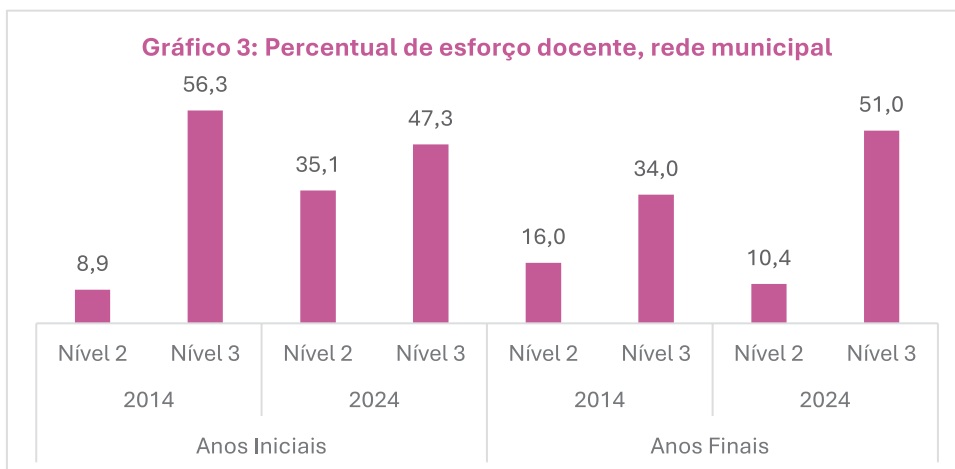


Fonte: INEP, 2014 e 2024

Os dados mostram que os percentuais de docentes situados no grupo 1 de adequação na educação infantil praticamente não se alteraram, enquanto nos anos iniciais aumentam 39,5% e nos anos finais, 115,8%. O município ainda enfrenta desafios na adequação da formação docente, uma vez que mais de 20% dos professores dos anos iniciais e 42,6% dos anos finais continuam em desconformidade com o que estabelece a legislação. De acordo com Saviani (2008), a escola pública opera sob condições inadequadas, que afeta diretamente na democratização do ensino, fruto de uma formação histórica que se moldou com deficiências estruturais que ainda persistem.

O Indicador de Esforço Docente (IED) está estruturado em seis níveis de demanda profissional que transcende a contagem de horas-aulas, incorporando a quantidade de estudantes atendidos e os turnos de trabalho. A escala de níveis estabelece a seguinte demanda: Nível 1 - Docente que tem até 25 alunos e atua em um único turno, escola e etapa; Nível 2 - Docente que tem entre 25 e 150 alunos e atua em um único turno, escola e etapa; Nível 3 - Docente que tem entre 25 e 300 alunos e atua em um ou dois turnos em uma única escola e etapa; Nível 4 - Docentes que tem entre 50 e 400 alunos e atua em dois turnos, em uma ou duas escolas e em duas etapas. Nível 5 - Docente que tem mais de 300 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas. Nível 6 - Docente que tem mais de 400 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas.

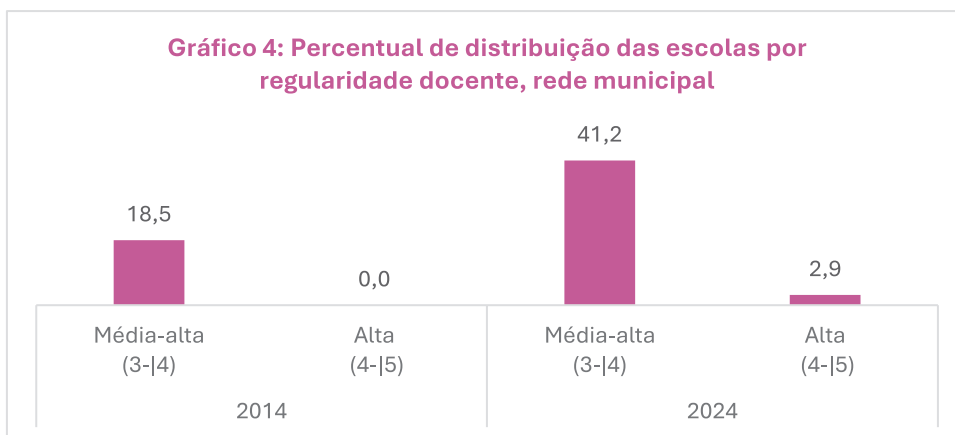
O Gráfico 3 mostra os percentuais de docentes da rede municipal que se encontram nos níveis 2 e 3 do IED nos anos 2014 e 2024, respectivamente.



Fonte: INEP, 2014 e 2024

Se em 2014, entre as escolas que ofertavam os anos iniciais do ensino fundamental prevalecia o nível 3 de esforço docente (56,3%), ocorre uma reorganização da força de trabalho na educação, de modo que em 2024, aumenta de forma expressiva os percentuais de docentes com esforço no nível 2, e reduz-se aqueles que estavam no nível 3, o que significa que mais docentes passam a ter entre 25 e 150 alunos e atuar em um único turno, escola e etapa. Nos anos finais, diminui o percentual de docentes no nível 2, e aumenta os que se encontram no nível 3, que tem entre 25 e 300 alunos e atuam em um ou dois turnos em uma única escola e etapa.

O Indicador de Regularidade Docente (IRD), que mede a permanência do professor na mesma escola ao longo de cinco anos e varia de 0 a 5, reforça a importância da estabilidade docente na garantia da continuidade pedagógica. O Gráfico 4 apresenta os dados da rede municipal para os níveis mais elevados nos anos 2014 e 2024.



Fonte: INEP, 2014 e 2024

Se em 2014 em apenas 18,5% das escolas os docentes permaneciam na faixa entre 3 e 4 anos, em 2024, esse valor chega a 41,2%, e se antes, não havia registro de docentes permanecendo mais de quatro anos nas escolas, em 2024, têm-se 2,9%. Embora os crescimentos dos percentuais de docentes nas faixas de regularidade mais alta seja alvissareiro, é importante destacar que a maioria dos professores da rede municipal permanecem menos de três anos na mesma escola. Conforme defende Gatti (2010), a instabilidade e a alta rotatividade docente comprometem a consolidação de projetos

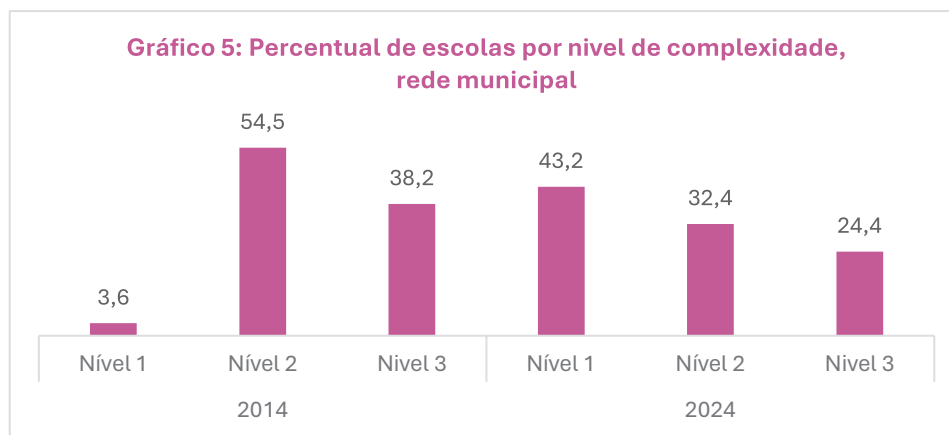
pedagógicos consistentes, dificultam o trabalho coletivo no interior da escola e, conseqüentemente, impactam negativamente a qualidade da aprendizagem.

Nesse contexto, indicadores como IRD, AFD, as condições de infraestrutura educacional e a distorção idade-série estão diretamente relacionados ao cotidiano escolar, sendo construídos e influenciados pela atuação de diferentes agentes educacionais. Assim, torna-se fundamental analisá-los de forma mais próxima da realidade local do município de Pacajus, por meio da pesquisa de campo, a fim de compreender como esses indicadores se concretizam no contexto das escolas públicas.

O Indicador de Complexidade de Gestão (ICG), classifica as escolas em seis níveis, a partir das variáveis: porte da escola, número de turnos de funcionamento, quantidade de etapas/modalidades ofertadas e etapa de maior complexidade atendida, sendo que os níveis mais elevados representam maior complexidade de gestão.

Para efeitos de análise do ICG na rede municipal de Pacajus, procurou-se observar a classificação das escolas nos anos 2014 e 2024 nos níveis 1, 2 e 3, definidos como: a) nível 1, escola com porte inferior a 50 matrículas, operando em único turno e etapa e apresentando a Educação Infantil ou Anos Iniciais como etapa mais elevada; b) nível 2, escola com porte entre 50 e 300 matrículas, operando em 2 turnos, com oferta de até 2 etapas e apresentando a Educação Infantil ou Anos Iniciais como etapa mais elevada; c) nível 3, escola com porte entre 50 e 500 matrículas, operando em 2 turnos, com 2 ou 3 etapas e apresentando os Anos Finais como etapa mais elevada (INEP, 2014).

O Gráfico 5 apresenta dados sobre os níveis 1, 2 e 3 de complexidade de gestão das escolas da rede municipal nos anos 2014 e 2024.



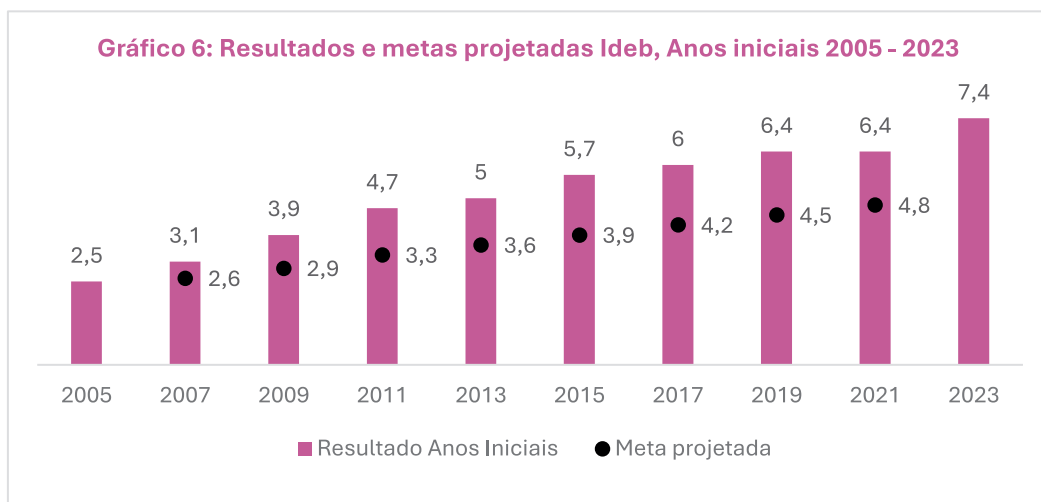
Fonte: INEP, 2014 e 2024

Em 2014, 54,5% das escolas da rede municipal encontravam-se no nível 2 e 38,2% no nível 3, o que significava que mais de 50% das escolas possuíam porte entre 50 e 300 matrículas, operando em 2 turnos, com oferta de até 2 etapas apresentando a Educação Infantil ou Anos Iniciais como etapa mais elevada e quase 40% apresentavam porte entre 50 e 500 matrículas, operando em 2 turnos, com 2 ou 3 etapas e apresentando os Anos Finais como etapa mais elevada. Em 2024, é possível identificar uma reestruturação da rede escolar, e 43,2% das escolas passam a ter nível 1 de complexidade, ou seja, possuem porte inferior a 50 matrículas, operando em único turno e etapa e apresentando a Educação Infantil ou Anos Iniciais como etapa mais elevada, e por de conseqüência, reduzem-se os percentuais de escolas nível 2 e nível 3.

A Média de Alunos por Turma (ATU) na rede municipal em 2014 na pré-escola é de 15,3 passando para 21,6 alunos por turma, em 2024. Nos anos iniciais do ensino fundamental, a média era de 21,9 alunos por turma em 2014, atingindo 26,5 alunos em 2024. O maior crescimento, no entanto, é registrado nos anos finais, em que a média de alunos por turma em 2014 era de 32,5 alunos, passando para 40,8 em 2024. Como o município realizou um reordenamento da rede municipal, reduzindo o número de escolas urbanas e rurais, certamente, o aumento no número de alunos por turma na educação infantil e ensino fundamental é consequência direta desta medida.

Quando se observa a média de horas aula na pré-escola, anos iniciais e anos finais do ensino fundamental em 2014, exceto na pré-escola que é de 4,3, as duas outras são de 4 horas aula diária. Em 2024, os dados mostram que vem acontecendo ampliação de jornada escolar com a pré-escola chegando a 7,9 horas aula diárias, os anos iniciais atingindo uma média de 7,8 horas e os anos finais chegando a 6,9 horas aula diárias.

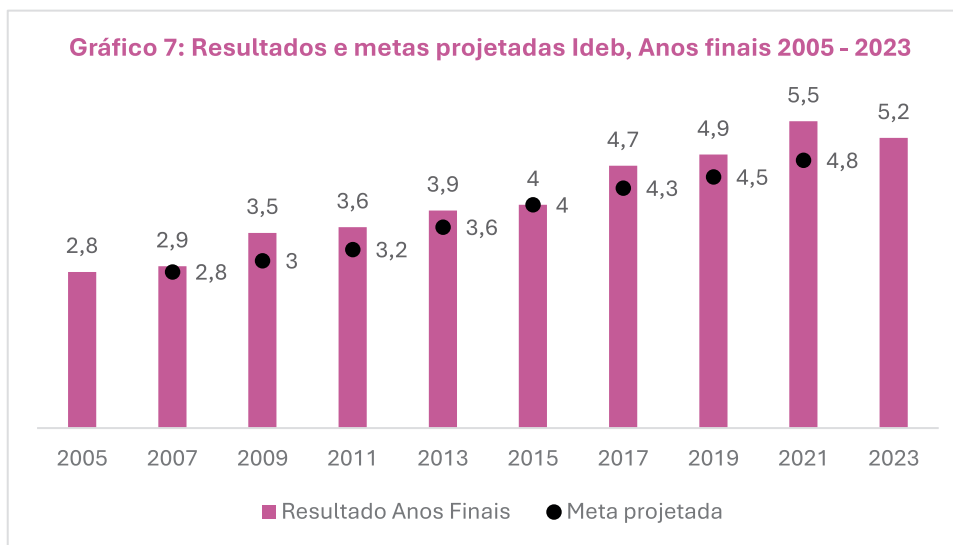
Sobre os indicadores relacionados a qualidade educacional, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi tomado como referência para os anos iniciais e finais do ensino fundamental, como mostram os Gráficos 6 e 7.



Fonte: Portal Ideb, INEP, 2024.

Para o último ano que tinha meta definida pelo MEC (2021), o município conseguiu ultrapassar e alcançou em 2021, a nota de 6,4 nos Anos Iniciais, registrando um crescimento do Ideb no período 2005 – 2023 de 196%. Tais resultados tem íntima associação com a iniciativa desenvolvida pelo Governo do Estado do Ceará, desde 2007, com a criação do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), mais tarde transformado em Programa Aprendizagem na Idade Certa (PAIC), abrangendo todos os anos do ensino fundamental.

O Gráfico 7 apresenta dos dados dos anos finais no período 2005 – 2023.



Fonte: Portal Ideb, INEP, 2024.

Embora a performance de melhoria dos resultados do IDEB nos anos finais seja inferior à dos anos iniciais, em todas as medições do índice, o município atinge ou supera a meta estipulada, registrando um crescimento no período 2005 – 2023 de 86%.

3. Descrição da pesquisa de campo

A pesquisa de campo realizada no município de Pacajus se desenvolveu a partir de entrevistas semiestruturadas com a gestão educacional e com representantes das três unidades escolares, sendo duas municipais e uma estadual, além de uma visita a Secretaria Municipal de Educação (SME). Esse primeiro movimento permitiu construir um panorama inicial sobre a organização da rede, seus desafios estruturais e as dinâmicas próprias de cada etapa de ensino, servindo como base para a entrada nas escolas e para a compreensão das especificidades que atravessam o cotidiano educacional do município.

A entrevista na SME revelou elementos-chave para orientar o trabalho de campo. A rede municipal oferta educação infantil, tendo incorporado o atendimento em berçários a partir de 2022, com três unidades e cerca de sessenta crianças entre um e dois anos de idade. O município também conta com uma escola quilombola onde a educação infantil funciona em tempo integral.

Além disso, foram apontados desafios recorrentes: a ampliação e qualificação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a garantia da alfabetização na idade certa, a necessidade de manter a escola atrativa, e as dificuldades de deslocamento de alunos da zona rural devido a questões climáticas, más condições das estradas e problemas com a manutenção dos ônibus. Somam-se a isso as tensões geradas pela presença de facções criminosas no território, um problema que extrapola o âmbito educacional, mas que interfere diretamente no acesso e na permanência dos estudantes.

A partir dessa contextualização inicial, iniciou-se o trabalho de campo nas escolas selecionadas. A primeira escola municipal visitada fica situada na zona urbana, funcionando nos turnos manhã e tarde, com quinze salas em operação, atendendo 136 alunos da Educação Infantil e 197 estudantes do 1º ao 5º ano. Conta com um corpo funcional composto por funcionários efetivos, temporários e contratados, além de 15 professores efetivos e 4 temporários. Durante a visita, observou-se que entre 70% e 80% dos alunos são beneficiários de programas sociais, o que se reflete nas demandas pedagógicas, na relação com as famílias e na importância das políticas de proteção social para a garantia

do direito à educação. A visita evidenciou também uma rotina escolar marcada pela heterogeneidade das turmas e pela necessidade de estratégias pedagógicas diferenciadas para acompanhar as trajetórias dos alunos, especialmente aqueles em regime integral.

A segunda instituição analisada também localizada na zona urbana, atende turmas de 6º e 7º ano em tempo parcial e os 8º e 9º anos em tempo integral, totalizando dezenove turmas e treze salas em funcionamento em cada turno. Com 898 estudantes matriculados, a escola possui 15 professores efetivos e um temporário, além de uma equipe de funcionários distribuída entre efetivos e temporários.

A terceira unidade observada foi a escola estadual, que funciona em tempo integral e oferta exclusivamente o ensino médio profissional. A escola possui doze turmas e o mesmo número de salas, atendendo 534 estudantes. Seu corpo docente é composto por oito professores efetivos e vinte e seis temporários, além de dezesseis funcionários, todos contratados. A presença significativa de professores temporários, característica recorrente nas escolas estaduais de educação profissional, foi percebida ao longo da pesquisa como um fator que impacta a continuidade das práticas pedagógicas e a regularidade do vínculo docente com a instituição.

4. Achados da pesquisa

A partir da imersão nas três escolas selecionadas foi possível identificar um conjunto de elementos estruturais, pedagógicos e sociais que caracterizam o funcionamento da rede e revelam tanto seus avanços quanto seus desafios no cenário educacional contemporâneo. A entrada nas escolas, acompanhada de entrevistas com gestores, coordenadores, professores e equipe administrativa, permitiu construir uma leitura sobre o cotidiano escolar, observando como se materializam, na prática, os três temas que orientam o estudo: diversificação da oferta, desigualdades educacionais e questões territoriais.

A rede municipal apresenta um movimento de diversificação e ampliação do acesso. O passo mais notável é a recente implantação de berçários para crianças de 1 a 2 anos, atendendo a uma demanda concreta das famílias e viabilizando a inserção laboral das mães. Conforme destacado nas entrevistas, em 2024, essa iniciativa já cumpriu a meta do PNE para a faixa etária, com planos de expansão. Contudo, a política de maior impacto tem sido a expansão acelerada do ensino em tempo integral, que saltou de 2% para aproximadamente 60% do alunado municipal.

É fundamental notar que o motor dessa expansão não foi primordialmente pedagógico, mas uma resposta urgente a uma questão social básica: a fome. Um diagnóstico na comunidade Dom Bosco, outrora uma das mais vulneráveis do município, identificou que as crianças “chegam nas escolas passando mal de fome”. Essa constatação levou a gestão a adotar o tempo integral como estratégia para garantir alimentação adequada, com cardápio que inclui até quatro refeições diárias.

Esta expansão convive, contudo, com um tecido social profundamente marcado pela desigualdade. A escola localizada na região central e com boa reputação, atrai alunos oriundos de escolas particulares, e também recebe crianças em situação de extrema vulnerabilidade. Os relatos dos gestores escolares são elucidativos: famílias tentaculares, adolescentes não alfabetizados e crianças para quem a merenda escolar é a principal, por vezes única, refeição do dia. Diante disso, a escola é compelida a assumir um papel que transcende em muito a função pedagógica, transformando-se em uma rede de proteção social primária. “Nós somos, para elas, uma solução”, afirma o diretor de uma das escolas entrevistadas, referindo-se ao acolhimento de questões de saúde mental, violência doméstica e abuso. A busca ativa se torna uma prática intensa e personalizada, indo desde visitas

domiciliares pelos gestores até, conforme exemplificado pela SME, a intervenção direta do prefeito via telefone para localizar estudantes evadidos.

A geografia do município é um fator determinante na configuração tanto da oferta quanto das desigualdades. A localização de uma das escolas no centro urbano a torna um polo de atração (“assediada”, nos termos dos gestores), recebendo alunos de diversos bairros e até de municípios vizinhos como Horizonte e Chorozinho. Esse fenômeno gera uma “superlotação forçada”, apontada como o principal desafio pedagógico interno, pois sobrecarrega professores e afeta a qualidade do ensino. Em contrapartida, a escola desenvolveu um sistema eficiente de matrícula com agendamento, eliminando filas e criando um vínculo inicial entre família e equipe gestora.

Na zona rural, os desafios são de outra ordem. Apesar de investimentos vultosos em infraestrutura escolar de alto padrão, como uma escola com piscina e quadra coberta, o acesso permanece um obstáculo crítico. O transporte escolar é descrito como precário, com frota insuficiente e manutenção deficitária, agravada pelas condições das estradas. Este entrave logístico gera atrasos, faltas e desestímulo, criando uma desigualdade geográfica de oportunidades.

As principais políticas que chegam às escolas são de origem municipal, com destaque para o “Projeto Vida”, um robusto programa de reforço pedagógico individualizado. A formação docente é contínua e sistemática. A parceria com o governo estadual ocorre principalmente via Programa de Aprendizagem na Idade Certa (PAIC), que inclui repasses financeiros para a alimentação em tempo integral (PAIC Integral).

No entanto, os gestores manifestam uma crítica contundente à fragilidade do regime de colaboração. Relatam premiações estaduais atrasadas e a falta de um suporte técnico e financeiro adequado às complexidades do tempo integral e da educação inclusiva. “É muito fácil você pegar uma estrutura e fazer um slide e apresentar... mas só dois mil reais não dão nem para comida. Imagina pagar mais 100 horas de professor no contraturno”, argumenta um dos gestores, defendendo que Estados e União precisam “chegar mais junto” com apoio concreto e sustentável.

5. Considerações Finais

Considera-se que vencer o desafio das desigualdades educacionais exige uma mudança de paradigma. Não basta ampliar a oferta, é preciso qualificá-la com um planejamento territorial sensível. Isso significa analisar criticamente como a localização das escolas e a logística de acesso podem, elas mesmas, criar ou agravar injustiças. Uma escola central de excelência pode ficar sobrecarregada, enquanto uma escola rural moderna pode ver seu potencial esvaziado por um transporte escolar precário. A “geografia das oportunidades” precisa ser ativamente desenhada para dissolver, e não concentrar, os problemas.

Acima de tudo, os maiores obstáculos enfrentados pela educação em Pacajus são evidenciados pela fome, a violência comunitária, a pobreza e as deficiências em infraestrutura, problemas que transcendem os limites do município. São questões estruturais de âmbito nacional. Por isso, é urgente a construção de um pacto federativo colaborativo, onde Estados e União assumam sua corresponsabilidade de forma concreta, com apoio financeiro sustentável e assistência técnica especializada.

A escola pública municipal, como visto, tem atuado como uma rede de proteção social, acolhendo demandas que vão muito além da sala de aula. Contudo, ela não pode ser deixada sozinha nessa missão. Garantir o direito à educação de qualidade para todas as crianças, independentemente de onde nasçam ou vivam, é um compromisso que deve ser compartilhado por todos os entes da federação.

Referências

- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- BOURDIEU, Pierre (org.). **La misère du monde**. Paris: Éditions du Seuil, 1993.
- BRASIL. **Programa Bolsa Família**. 2025. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>
- BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Indicadores Educacionais de 2014**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>.
- BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Indicadores Educacionais de 2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Nota Técnica nº 020/2014/CGCQTI/DEED**: Indicador de adequação da formação do docente da educação básica. Brasília, 2014. Disponível em: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_formacao_legal/nota_tecnica_indicador_docente_formacao_legal.pdf
- CEARA. **Perfil Municipal de Pacajus**. Coordenadoria de avaliação e acompanhamento da educação. 2015. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2009/01/perfil_pacajus_2015.pdf.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- GATTI, Bernadete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, 2010.
- IBGE. **Censo demográfico do Brasil de 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pacajus/panorama>
- IBGE. **PIB Per capita**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/pacajus.html>
- INEP. **Painel Ideb**. Power BI. Brasília, DF: INEP, s/d. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiMGVjMzlwZWQtM2IzZS00NmE0LTkwNjUtZjI1YjMyNTVhZGY0IiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGlxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiI9> Acesso em: 10 dez 2025.
- INEP. **Painéis Estatísticos Censo Escolar**. Power BI. Brasília, DF: INEP, s/d. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGlxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiI9> Acesso em: 03 dez 2025.
- INEP. **Indicadores Educacionais**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>, acesso em: 09/12/2025.
- INEP. **Painéis Estatísticos Censo Escolar [Power BI]**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGlxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiI9>. Acesso em: 14 dez. 2025.
- INEP. **Sinopse Estatísticas da Educação Básica 2014**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>
- INEP. **Sinopse Estatísticas da Educação Básica 2024**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>

INEP. **Indicador de adequação da formação do docente da educação básica.** Brasília, DF, Inep, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>

INEP. **Indicador de esforço docente.** Brasília, DF: Inep, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>

INEP. **Indicador para mensurar a complexidade da gestão nas escolas a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica.** Brasília, DF: Inep, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>

INEP. **Nota Informativa Aprimoramento metodológico no cálculo do indicador Média de Alunos por Turma.** Brasília, DF: Inep, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>

INEP. **Indicador de regularidade do docente da Educação Básica.** Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>

QEDU. Use dados. **Transforme a educação.** Dados do município de Pacajus. 2019. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/2309607-pacajus>.

QEDU. Dados do município de Pacajus. **Transforme a educação.** Dados do município de Pacajus. 2024. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/2309607-pacajus>

Prefeitura de Pacajus. **75 novas famílias de Pacajus foram integradas ao Programa Bolsa Família neste mês de maio de 2024.** Disponível em: <https://www.pacajus.ce.gov.br/informa/738/75-novas-familias-de-pacajus-foram-integradas-ao-p>

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOARES, José Francisco. Qualidade e equidade na educação básica brasileira. **Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 35, 2007.**

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política educacional no Brasil: introdução histórica.** São Paulo: Cortez, 2007.

VIDAL, Eloísa Maia; VIEIRA, Sofia Lerche. **Política educacional no Ceará: experiências e desafios.** Fortaleza: Edições UFC, 2013.

Pesquisa financiada pela



Edital Nº 06/2023 - FUNCAP UNIVERSAL



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO CEARÁ



Apoio



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO